



Município de Bombarral

[Handwritten signature]

*A PROXIMA REUNIAO
DE CAMARA.*

2011-02-15

Considerando que:

[Handwritten signature]

PROPOSTA

*APROVADO EM LITURGIA
EM REUNIAO DE CAMARA*

*de 2011.02.11 O PRESIDENTE,
[Handwritten signature]*

A Assembleia Municipal, na sua reunião de 26/11/2010, sob proposta da Câmara Municipal, e ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, aprovou um modelo de estrutura orgânica hierarquizada, para o Município do Bombarral;

Para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10, o Presidente da Câmara Municipal através do Despacho n.º 1/2011, de 10/01/2011 procedeu à criação de quatro subunidades orgânicas;

A correspondente afectação do pessoal a cada uma das unidades orgânicas flexíveis, bem como às subunidades foi efectuada, pelo que se concluiu a reestruturação orgânica dos serviços municipais, operada nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23/10;

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, que adapta a Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aos trabalhadores da administração autárquica, regula a matéria de orçamentação e gestão das despesas com pessoal.

O n.º 1 daquele artigo 5.º, refere que os orçamentos das entidades a que o presente Decreto-Lei é aplicável prevêm verbas destinadas a suportar os encargos previstos no n.º 1 do artigo 7.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Nos termos do n.º 1 daquele artigo 7.º, as verbas orçamentais dos órgãos ou serviços afectas a despesas com pessoal destinam-se a suportar os seguintes tipos de encargos:

- a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;
- b) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previsto, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com



alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;

- c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

O n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro refere que “competem ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou;
- b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.”

Nestes termos, e para efeitos do previsto nas alíneas a) do n.º 2 do artigo 5º, conjugado com o n.º 1 do artigo 7.º e o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, com vista à gestão das despesas com pessoal em 2011, proponho que a Câmara Municipal, que na sua reunião de 21 de Fevereiro de 2011, aprecie e delibere o seguinte:

- a) A afectação do montante de 173 458,27 € (cento e setenta e três mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e vinte sete cêntimos) para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previsto e não ocupados no mapa de pessoal para 2011, sendo que o montante de 98 652,26 € (noventa e oito mil seiscentos e cinquenta e dois euros e vinte seis cêntimos) refere-se a procedimentos iniciados em 2010 (educação, fiscal municipal e jurista), e 74 806,01 € (setenta e quatro mil oitocentos e seis euros e um cêntimo) para o recrutamento de trabalhadores necessários para colmatar as insuficiências dos serviços quer pelas aposentações ocorridas (2 em 2009 e 9 em 2010) quer com as caducidades de contrato previstas para o corrente ano (2 já se verificaram, e até ao final do ano ocorreram mais 16);



Município de Bombarral

- b) A não afectação de verba para alterações do posicionamento remuneratório, nos termos da alínea a) do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro;
- c) A não afectação de verba para prémios de desempenho, nos termos da alínea b) do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

Mais proponho, que esta proposta seja aprovada em minuta, após o que, para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, deverá ser tornada pública através da afixação em local adequado e de publicitação no sítio da internet deste Município.

Bombarral, 7 de Fevereiro de 2011

O Presidente da Câmara

José Manuel Gonçalves Vieira